ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A.

CNPJ/MF nº 07.699.082/0001-53

Relatório da Administração

Prezados Senhores: A Administração do Estaleiro Atlântico Sul S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2014, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes.

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2014	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
Ativos					
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	214.124	100.268	267.732	473.151
Contas a receber	5	614.698	834.376	614.698	834.376
Estoques	6	229.417	139.218	229.417	196.197
Impostos a recuperar	7	34.620	41.719	34.620	41.719
Despesas antecipadas	8	7.980	3.842	7.980	3.842
Encargos financeiros BNDES	9	57.878	86.615	57.878	86.615
Outros créditos		3.265	3.181	3.265	3.181
Total dos ativos circulantes		1.161.982	1.209.219	1.215.590	1.639.081
Ativos não circulantes					
Investimento temporário	10	53.532	32.892	53.532	32.892
Estoques	6	48.531	28.132	939.207	1.101.350
Impostos a recuperar	7	122.352	138.682	122.352	138.682
Despesas antecipadas	8	2.713	1.827	2.713	1.827
Encargos financeiros BNDES	9	6.428	11.183	6.428	11.183
Outros créditos		5.017	2.060	5.017	2.060
Ativos mantidos para venda		703	5.171	703	5.171
Investimentos em empresas controladas	12	376.809	177.755	–	–
Imobilizado	13	2.255.028	2.215.428	2.255.078	2.215.482
Intangível	14	25.894	17.211	25.894	17.211
Total dos ativos não circulantes		2.897.007	2.630.341	3.410.924	3.525.858
Total dos ativos		4.058.989	3.839.560	4.626.514	5.164.939

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2014	Controladora 31/12/2013	Consolidado 31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
Passivos e patrimônio líquido					
Passivos circulantes					
Fornecedores	16	167.651	131.728	232.523	504.475
Empréstimos e financiamentos	17	683.607	809.444	683.607	809.444
Debêntures	18	11.105	–	11.105	–
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar	19	32.521	41.939	32.521	41.939
Impostos a recolher	20	1.693	7.384	1.693	7.384
Adiantamentos de clientes	5 e 21	433.201	264.929	114.479	16.040
Provisão para contratos onerosos	5	91.500	158.559	91.500	158.559
Outras contas a pagar		14.230	2.616	14.230	2.616
Total dos passivos circulantes		1.435.508	1.416.599	1.181.658	1.540.457
Passivos não circulantes					
Fornecedores	16	42.853	13.612	42.853	13.612
Empréstimos e financiamentos	17	1.591.382	1.417.014	1.591.382	1.417.014
Debêntures	18	220.000	–	220.000	–
Adiantamentos de clientes	5 e 21	743.710	753.244	1.565.085	1.954.765
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais	22	5.398	11.319	5.398	11.319
Outras contas a pagar		–	1.894	–	1.894
Total dos passivos não circulantes		2.603.343	2.197.083	3.424.718	3.398.604
Patrimônio líquido					
Capital social	23	459.681	360.681	459.681	360.681
Prejuízos acumulados		(479.273)	(149.634)	(479.273)	(149.634)
Ajuste acumulado de conversão		39.730	14.831	39.730	14.831
Total do patrimônio líquido		20.138	225.878	20.138	225.878
Total dos passivos e patrimônio líquido		4.058.989	3.839.560	4.626.514	5.164.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Receita da construção naval	5 e 24	736.978	585.628	1.901.891	1.479.481
Receita de prestação de serviços	5	–	118.841	–	118.841
Custo da construção naval	5 e 25	(857.801)	(644.878)	(1.849.427)	(1.387.993)
Custos dos serviços prestados	5 e 25	–	(30.035)	–	(30.035)
Lucro (prejuízo) bruto		(120.823)	29.556	52.464	180.294
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(212.587)	(202.547)	(215.611)	(205.651)
Depreciação e amortização		(12.361)	(13.157)	(12.374)	(13.167)
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas		8.514	27.885	8.514	27.885
Total	25	(216.434)	(187.819)	(219.471)	(190.933)
Equivalência patrimonial		174.155	142.653	–	–
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(163.102)	(15.610)	(167.007)	(10.639)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	11.160	44.363	17.218	50.042
Despesas financeiras	26	(175.993)	(123.279)	(178.199)	(123.279)
Variação cambial líquida	26	(1.704)	(55.108)	(1.651)	(65.758)
Total		(166.537)	(134.024)	(162.632)	(138.995)
Prejuízo do exercício		(329.639)	(149.634)	(329.639)	(149.634)
Prejuízo por ação		(0,16)	(0,08)	(0,16)	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Prejuízo do exercício	(329.639)	(149.634)	(329.639)	(149.634)
Itens que serão posteriormente reconhecidos no resultado:				
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	24.899	14.124	24.899	14.124
Total do resultado abrangente do exercício	(304.740)	(135.510)	(304.740)	(135.510)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2014	Controladora 2013	Consolidado 2014	Consolidado 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(329.639)	(149.634)	(329.639)	(149.634)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Perda com variação cambial, líquida		6.813	65.503	6.813	65.503
Juros ativos e passivos, líquidos		231.024	142.971	231.099	142.971
Resultado de equivalência patrimonial	12	(174.155)	(142.653)	–	–
Apropriação de despesas com seguros e fianças		15.733	14.643	15.733	14.643
Apropriação de despesas com comissão de debêntures e empréstimos		219	–	219	–
Depreciação e amortização	13 e 14	60.819	58.852	60.832	58.863
Valor residual das baixas do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	–	13.955	–	13.955
Constituição de provisão para contratos onerosos	5 e 25	91.500	158.559	91.500	158.559
Constituição de provisão para perda de ativos mantidos para venda		847	–	847	–
Constituição de provisão devedores duvidosos	5	1.358	–	1.358	–
Constituição de provisão para perda com estoques	6	3.101	–	3.101	–
		(92.380)	162.196	81.863	304.860
Redução (aumento) nas contas do ativo					
Contas a receber		218.320	(123.790)	218.320	(123.790)
Estoques		(113.699)	26.139	125.822	(44.492)
Impostos a recuperar		23.429	(44.036)	23.429	(44.036)
Despesas antecipadas		(23.372)	(10.176)	(23.372)	(10.176)
Outros créditos		(3.041)	(1.516)	(3.041)	(1.516)
Aumento (redução) nas contas do passivo					
Fornecedores		65.164	4.299	(242.711)	301.535
Obrigações trabalhistas e encargos a pagar		(9.418)	7.605	(9.418)	7.605
Impostos a recolher		(5.691)	2.125	(5.691)	2.125
Adiantamentos de clientes		158.738	224.426	(291.316)	110.104
Provisão para contratos onerosos		(158.559)	(277.940)	(158.559)	(277.940)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais		(5.921)	–	(5.921)	–
Outras contas a pagar		9.723	585	9.723	(31.994)
Subtotal		63.293	(30.083)	(280.872)	192.285
Outros fluxos de caixa nas atividades operacionais					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(185.940)	(76.148)	(185.940)	(76.148)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(122.647)	(106.231)	(466.812)	116.137
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimento temporário	10	(16.886)	–	(16.886)	–
Aplicações no imobilizado	13 e 28	(87.325)	(139.799)	(87.334)	(139.864)
Aplicações no intangível	14 e 28	(13.001)	(7.834)	(13.001)	(7.834)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(117.212)	(147.633)	(117.221)	(147.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	23	99.000	201.000	99.000	201.000
Captações de financiamentos, empréstimos e debêntures	17 e 18	753.964	333.963	753.964	333.963
Amortização de financiamentos e empréstimos	17	(499.249)	(318.827)	(499.249)	(318.827)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		353.715	216.136	353.715	216.136
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		–	–	24.899	14.124
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		113.856	(37.728)	(205.419)	198.699
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	100.268	137.996	473.151	274.452
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	214.124	100.268	267.732	473.151
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		113.856	(37.728)	(205.419)	198.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Controladora e Consolidado)

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.651.659	(1.492.214)	707	160.152	236	160.388
Redução de capital com prejuízos acumulados	23	(1.492.214)	1.492.214	–	–		–
Aumento de capital social	23	201.236	–	–	201.236	(236)	201.000
Prejuízo do exercício		–	(149.634)	–	(149.634)		(149.634)
Outros resultados abrangentes -							
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	12	–	–	14.124	14.124	–	14.124
Saldos em 31 de dezembro de 2013		360.681	(149.634)	14.831	225.878	–	225.878
Aumento de capital social	23	99.000	–	–	99.000	–	99.000
Prejuízo do exercício		–	(329.639)	–	(329.639)	–	(329.639)
Outros resultados abrangentes -							
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	12	–	–	24.899	24.899	–	24.899
Saldos em 31 de dezembro de 2014		459.681	(479.273)	39.730	20.138	–	20.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

continuação

Demonstração dos Valores Adicionados para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Informação Suplementar) (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP) 2014	Controladora (BRGAAP) 2013	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2014	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2013
Geração do valor adicionado					
Receitas					
Receitas de construção naval	5	736.978	585.628	1.901.891	1.479.481
Receita de prestação de serviço	5	–	118.841	–	118.841
Outras receitas		9.300	44.980	9.300	44.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Constituição	25	(36.888)	–	(36.888)	–
Total das receitas		709.390	749.449	1.874.303	1.643.302
Insumos e serviços adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(529.809)	(388.117)	(1.521.436)	(1.131.232)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(143.011)	(156.753)	(143.011)	(156.753)
Perda/Recuperação de valores ativos		3.943	–	3.943	
Provisão para contratos onerosos	5	(91.500)	(158.559)	(91.500)	(158.559)
Realização da provisão para contratos onerosos		158.559	277.940	158.559	277.940
Valor (consumido) adicionado bruto		107.572	323.960	280.858	474.698
Depreciação e amortização	13 e 14	(60.819)	(58.852)	(60.832)	(58.863)
Valor adicionado líquido (consumido) produzido pela Companhia		46.753	265.108	220.026	415.835
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	174.155	142.653	–	–
Receitas financeiras	26	89.202	137.141	112.983	142.820
Total do valor adicionado recebido em transferência		263.357	279.794	112.983	142.820
Valor adicionado (consumido) gerado		310.110	544.902	333.009	558.655

	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP) 2014	Controladora (BRGAAP) 2013	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2014	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2013
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		252.588	260.584	252.588	260.584
Benefícios		73.380	75.104	73.380	75.104
FGTS		18.554	19.179	18.554	19.179
Outros		7.668	9.870	7.668	9.870
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		23.906	38.136	23.906	38.136
Estaduais		289	6.525	289	6.525
Municipais		101	1.282	101	1.282
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e variação cambial		245.902	263.642	265.778	274.291
Aluguéis		9.814	13.297	9.977	13.297
Outras		7.547	6.917	10.407	10.021
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do exercício		(329.639)	(149.634)	(329.639)	(149.634)
Valor adicionado (consumido) distribuído		310.110	544.902	333.009	558.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais

O Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("Companhia") foi criado em 21 de novembro de 2005. Marco na revitalização da indústria naval brasileira, atua nas áreas de engenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas, incluindo entre outros, o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval. Possui capacidade tecnológica para produzir amplo portfólio de navios até 500 mil toneladas de porte bruto (TPB), conteineiros e navios-sonda. Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado cujos sócios são grupos com tradição na indústria brasileira e internacional: Grupo Camargo Corrêa, Grupo Queiroz Galvão e Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. O Grupo Camargo Corrêa é um dos maiores conglomerados empresariais privados brasileiros. Fundado em 1939 com presença atualmente em 18 países e forte atuação na cadeia de valor e infraestrutura, está presente em áreas como engenharia, construção, geração e distribuição de energia, concessão de serviço público, incorporação imobiliária, industrial naval e óleo e gás. No setor industrial atua em cimento, siderurgia, calçados e têxtil. (*) O Grupo Queiroz Galvão foi fundado em 1953, tem foco nos segmentos de construção, óleo e gás, participações e concessões, siderurgia, alimentos, desenvolvimento imobiliário e engenharia ambiental. Está presente em todos os estados brasileiros e em outros países da América do Sul, América Central e da África, além de Estados Unidos, Canadá e Europa. Atualmente, é uma das maiores prestadoras de serviços de perfuração e produção do Brasil, em terra e mar, em águas rasas e profundas. Desde 1996, a empresa dedica-se também a atividades de exploração e produção como concessionária de campos onshore e offshore. (*) A JEI-Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. é um consórcio com participação da IHI Corporation, da subsidiária naval Japan Marine United Corporation e da empresa independente Japan Gasoline Corporation, companhia de engenharia especializada em projetos industriais nas áreas de refino e gás natural liquefeito (GNL). Todas são empresas com décadas de destacada experiência na área naval e offshore. (*) A Companhia está localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, tendo condições logísticas privilegiadas em relação ao chamado "Triângulo de Ouro" da indústria de petróleo e gás, formado pelo Golfo do México, Costa Ocidental da África e pela promissora área do pré-sal, no Brasil. Ao se instalar na região Nordeste, o Estaleiro abriu uma nova fronteira para o setor naval no país, atraindo uma poderosa cadeia de negócios para a região, considerada a complexidade de fornecedores nacionais e internacionais de bens e serviços que integram o setor. (*) Do ponto de vista tecnológico, a Companhia é o único estaleiro do país a figurar no seleto time de plantas navais de 4ª geração, a mesma dos mais modernos estaleiros asiáticos, considerados a vanguarda do setor. A Companhia tem equipamentos que estão entre os mais modernos do segmento, a exemplo de dois pórticos do tipo Goliath. Cada um destes pórticos possui 100 metros de altura (o equivalente a um prédio de 33 andares), um vão (distância) entre as "pernas" de 164 metros e capacidade de içamento de 1.500 toneladas. Esses pórticos podem operar sincronizados e, juntos, conseguem movimentar cargas de até 2.800 toneladas. (*) A Companhia tem como compromisso gerar valor efetivo aos negócios de seus clientes e acionistas, por meio da busca de níveis crescentes de produtividade com segurança, adequada gestão de custo, garantindo rentabilidade dos seus negócios e qualidade dos seus produtos de acordo com os requisitos e prazos requeridos pelos clientes. Mantém um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento de seus colaboradores, assegurando oportunidades de crescimento profissional, melhoria da qualidade de vida, segurança e promoção de saúde. (*) (*) Informações não sujeitas ao exame dos auditores independentes. A Companhia tem contratos firmados com a Petrobras Transportes S.A. (Transpetro) para a construção de 18 navios petroleiros e contrato com a Sete International GmbH para a construção de 7 navios de perfuração. Informações importantes referente o contrato com a Sete International GmbH estão sendo detalhados na nota explicativa nº 31. **a) Eventos operacionais relevantes:** O exercício de 2014 foi marcado por uma série de avanços e mudanças na Companhia: • Chegada do novo presidente, Sr. Harro Ricardo Schlorke Burmann e reestruturação do corpo diretivo da empresa, com o propósito de consolidar a Companhia como uma empresa competitiva e de excelência no cenário naval e offshore, nacional e internacional, baseando-se nas melhores práticas da construção naval do Japão. • Implantação da cultura de melhoria contínua, utilizando ferramentas como Kaizen, 6Sigma e Lean Manufacturing. • Assinatura do Memorando de parceria entre Universidade Federal de Pernambuco, Ishikawajima-Harima Heavy Industry e a Companhia para ensino de Engenharia naval, com o objetivo de promover a cooperação científica, tecnológica e cultural, nas áreas de suas especializações, bem como no desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnológicos. • Entrega do navio 4 - Dragão do Mar ao cliente Transpetro. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está construindo, simultaneamente, 5 navios e produzindo unidades de perfuração (Drillships). **b) Investimentos em sociedades: b.1) Consunav Rio Consultoria e Engenharia Ltda. ("Consunav"):** A Consunav tem como principal objeto social a prestação de serviços de engenharia na área naval, desenvolvimento de projetos de novas embarcações, consultoria e estudos, planejamento, vistorias e acompanhamento de construções de embarcações. Em função da Consunav estar inoperante, não foi incluída no processo de consolidação das demonstrações financeiras para os exercícios de 2014 e 2013. **b.2) EAS Inc.:** Constituída no Panamá, em 21 de março de 2011, com capital social subscrito de US$ 10.500, sendo US$ 5.183 integralizado e US$ 5.317 a integralizar, tem como principal objeto social a execução dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração (Drill Ship). A Companhia assinou contratos de construção de 7 plataformas de perfuração junto à Sete International GmbH.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia. Os investimentos no exterior possuem moeda funcional diferente da Controladora. Os ajustes de conversão foram considerados no patrimônio líquido da Companhia como outros resultados abrangentes. **2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente. **2.5 Principais fontes de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. **Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais:** A Companhia reconhece provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para contratos onerosos:** Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Ver nota explicativa nº 5. **2.6 Apuração dos resultados de construção naval:** Com relação à sua operação de construção de longo prazo, as receitas e os custos são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física na data do balanço. Geralmente, isso é mensurado na proporção que os custos do contrato são incorridos pelo trabalho executado até a data do balanço, proporcionalmente ao custo total estimado. Caso os custos incorridos não reflitam o trabalho executado, os mesmos só são utilizados para determinação da etapa da conclusão física da obra quando se referem a materiais feitos especificamente para um determinado contrato. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. Quando é provável que o total dos custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado. Caso a fase de execução física da obra seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, o contas a receber é apresentado no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. A abertura destes valores está demonstrada na nota explicativa nº 5. **2.7 Instrumentos financeiros: 2.7.1 Categorias:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. No caso da Companhia, esta possui investimento temporário com esta classificação. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia compreende caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e adiantamentos de clientes. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização cambial. **2.7.2 Mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. **2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.8 Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.9 Investimento temporário:** Trata-se de aplicação financeira restrita a contratos de empréstimos junto ao BNDES, conforme descrito na nota explicativa nº 10. É mensurado pelo custo de aquisição acrescido por juros e variação cambial, incorridos até a data das demonstrações financeiras consolidadas. **2.10 Contas a receber:** Estão representadas, basicamente, pela diferença entre o contas a receber reconhecido proporcionalmente à etapa de conclusão física de cada projeto na data do balanço e os adiantamentos recebidos pelos clientes. Esta classificação é calculada para cada projeto individualmente e considera quaisquer alterações nas margens projetadas. **2.11 Despesas antecipadas:** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, cuja amortização ocorre linearmente considerando os prazos contratuais. **2.12 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. **2.13 Investimentos e base de consolidação: a) Investimentos em empresas controladas (controladora):** Nas demonstrações financeiras individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. **b) Investimentos em empresas controladas:** A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica de "Participação dos acionistas não controladores". **2.14 Imobilizado:** Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstradas na nota explicativa nº 13. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.15 Arrendamentos mercantis:** A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo empréstimos e financiamentos. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **2.16 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.17 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecido na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.18 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **2.19 Avaliação do valor recuperável dos ativos:** Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). **2.20 Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17. **2.21 Debêntures:** Registradas pelo valor nominal, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do exercício. São classificadas como empréstimos, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros, e contabilizadas pelo método do custo amortizado, líquido dos custos incorridos na captação, registrados de forma destacada em conta redutora do passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18. **2.22 Tributação: Impostos correntes:** As receitas de construção naval, relativas às embarcações pré-registradas no Registro Especial Brasileiro - REB são equiparadas à exportação e não estão sujeitas à incidência de ICMS, do PIS e da COFINS. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. A forma de apuração dos resultados obtidos pelas pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, decorrentes da execução de contratos com prazo de execução superior a um ano, de construção ou fornecimento de bens a serem produzidos, é determinada pelo Decreto-Lei nº 1.598/77. O preço predeterminado é aquele fixado contratualmente, sujeito ou não a reajustamento, para execução global e a apuração do resultado em cada período-base, e sua inclusão na determinação do lucro líquido, será feita ainda que não ocorrida a transferência de propriedade. Nesse caso é determinada parcela dos lucros apurados pela Companhia que não tenha sido recebida, pelo qual essa parcela é objeto de diferimento da tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas e contribuição social sobre o lucro líquido. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. **2.23 Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **Redução fiscal - Imposto de renda sobre o lucro da exploração:** A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2009 a 2018 calculados sobre o lucro da exploração decorrente da edificação de navios e plataformas (Processamento de Aço até 160 mil t/ ano). Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucro do exercício para reserva de imposto de renda. **Isenções fiscais:** A Companhia é beneficiária das seguintes isenções fiscais: **a) RECAP - Regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras:** Previsto na Lei nº 11.196/05 o benefício fiscal consiste na desoneração do PIS e da COFINS suspensos nas aquisições de bens de capital nacionais ou importados, incluídos no "RECAP", destinados a estaleiros e exportadores preponderantes com objetivo de serem registrados no ativo imobilizado ou utilizados no processo industrial. O RECAP é restritivo aos itens conforme lista de NCM prevista nos Decretos nos 5.788/2006 e 6.581/2008. **b) AFRMM - Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante:** Previsto na Lei nº 9.808/1999 o benefício fiscal consiste na isenção do pagamento do adicional ao frete para renovação da marinha mercante, nas importações de produtos em geral. Concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, através da Portaria nº 126/07. **c) PRODINPE - Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do Estado de Pernambuco:** Previsto na Lei nº 12.710/04, beneficia a Companhia com isenção ou diferimento do ICMS, nas aquisições de insumos para o processo produtivo, bens para o ativo imobilizado industrial, materiais para construção e seus respectivos fretes, originários do próprio Estado de Pernambuco ou importados. **d) Redução da alíquota do ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza e do IPTU - Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano:** O município de Ipojuca, através da Lei nº 1.472/07 (com alterações pela Lei nº 1.550/10), específica para empreendimentos de construção naval, concedeu a redução de 60% sobre a alíquota do ISS próprio e retido de serviços de terceiros relacionados à operação e 50% sobre a alíquota do IPTU, pelo período de 10 anos, iniciando-se em 11 de setembro de 2007. **e) Drawback e aquisição de insumos nacionais:** Previsto na Portaria SECEX 23/2011, há o beneficio da suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/Imposto de Importação) na importação de insumos para o processo produtivo, de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente. Há também a suspensão do IPI e PIS/COFINS na aquisição de insumos nacionais para industrialização de navios, prevista na Lei nº 11.774/08, e para plataformas prevista na Lei nº 10.865/04 (Exportador Preponderante) e Decreto nº 7.212/10. **f) Instrução Normativa Nº 513/2005 da SRF:** Regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na Aquisição de Matérias-primas e Insumos para Plataformas, destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratadas por empresas sediadas no exterior, permite a aquisição no mercado interno ou externo com a suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/Imposto de Importação), de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente pela Receita Federal. **g) Ex-tarifário:** Na importação de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado, há a redução da alíquota do imposto de importação para 2%, após a aprovação do ex-tarifário (Resolução CAMEX 35/2006). **h) Receitas auferidas:** Nas receitas apuradas na construção naval, não são tributados pelo PIS e COFINS, em função de algumas operações serem caracterizadas como exportação e, em outros casos, como embarcações pré-registradas no REB (MP 2.158-35/2001). **i) Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra):** O Reintegra é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados, possibilitando-lhe apurar valor para fins de ressarcir, parcial ou integralmente, em forma de compensação ou restituição em dinheiro o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção. A nova normativa prevê que benefício do Reintegra poderá ser entre 0,1% e 3% sobre a receita de exportação auferida. **2.24 Apuração do resultado:** O resultado das outras receitas e despesas operacionais é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **2.25 Prejuízo por ação:** O resultado básico por ação é calculado dividindo prejuízo do exercício atribuível aos acionistas pela quantidade de ações existentes no exercício. **2.26 Receitas e despesas financeiras:** Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, aplicações financeiras, operações com derivativos, e juros sobre pagamentos em atraso de fornecedores e impostos. **2.27 Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.28 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, algumas normas emitidas e/ou revisadas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015, conforme demonstrado abaixo: **Normas, interpretações e revisões de normas vigentes** • Alteração à IAS 32/CPC 39 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. • Alteração à IAS 36/CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. • Alteração à IAS 39/CPC 38 - Mudanças em derivativos e continuidade da contabilidade de hedge. • Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento. • IFRIC 21 - Taxas. A adoção destas normas não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas. **Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações à IFRS 9, "Instrumentos financeiros". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. • Alterações à IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes". A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2017. • Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04, "Esclarecimento sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização". A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2016. A Administração da Companhia avaliou que essas normas não apresentarão efeitos significativos nas demonstrações financeiras e não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo para a Companhia e suas controladas.

3. Controladas da Companhia

A Companhia possui investimento no EAS Inc, empresa situada no Panamá na qual detem 100% do seu capital social total e votante, a qual foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 12.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	1.705	3.165	2.015	29.506
Aplicações financeiras:				
Aplicações automáticas (a)	3.779	66.797	25.224	300.198
Títulos de renda fixa (b)	208.640	30.306	240.493	143.447
Saldo líquido	214.124	100.268	267.732	473.151

(a) Trata-se de aplicações automáticas com taxas de remuneração diárias que variam entre 20% a 40% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e variação cambial mais remuneração entre 0,10% a 0,18% a.a. (b) Refere-se a títulos de renda fixa cujas taxas de remuneração anual variaram de 75% a 104% (2013, 75% a 104%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações têm compromisso de recompra e podem ser resgatadas a qualquer momento, estando sujeitas a risco insignificante de mudança no valor.

5. Contas a Receber

Controladora e consolidado:

	31/12/2014					31/12/2013				
Projeto	Saldo de contas a receber	Saldo de adiantamentos de clientes	Receita do contrato reconhecida	Custos	Resultado bruto	Saldo de contas a receber	Saldo de adiantamentos de clientes	Receita do contrato reconhecida	Custos	Resultado bruto
Divisão Navios	592.985	88.211	490.527	(730.168)	(239.641)	655.145	110.485	398.572	(446.137)	(47.565)
Divisão Offshore	–	1.088.700	246.451	(79.174)	167.277	178.310	907.688	187.056	(152.285)	34.771
Outros	23.071	–	–	–	–	921	–	118.841	(30.796)	88.045
Depreciação	–	–	–	(48.459)	(48.459)	–	–	–	(45.695)	(46.210)
Provisão para devedores duvidosos	(1.358)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total controladora	614.698	1.176.911	736.978	(857.801)	(120.823)	834.376	1.018.173	704.469	(674.913)	29.041
Divisão Offshore	–	502.653	1.164.913	(991.626)	173.287	–	952.632	893.853	(743.115)	150.738
Total consolidado	614.698	1.679.564	1.901.891	(1.849.427)	52.464	834.376	1.970.805	1.598.322	(1.418.028)	179.779

As contas a receber são reconhecidas com base no custo mais margem prevista nos contratos de venda acordados com os clientes. Quando há indicativo de deterioração de margem, os cálculos da apuração do resultado naval são revisados e provisões para contratos onerosos são constituídas com base na estimativa de custos a incorrer até a entrega dos projetos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um saldo de provisão para contratos onerosos no valor total de R$ 91.500 (2013: R$ 158.559).

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	253.552	140.946	1.144.228	1.271.143
Adiantamento a fornecedores nacionais	24.005	23.354	24.005	23.354
Materiais de consumo	3.492	3.050	3.492	3.050
(–) Provisão para perda de adiantamentos	(3.101)	–	(3.101)	–
Total	277.948	167.350	1.168.624	1.297.547
Ativo circulante	229.417	139.218	229.417	196.197
Ativo não circulante	48.531	28.132	939.207	1.101.350

Os adiantamentos efetuados para fornecedores estrangeiros são basicamente para motores principais e auxiliares de 10 navios, equipamentos para carga e lastro de navios, leme, âncoras e caldeiras, aço e fornecedores de equipamentos para a construção de 7 plataformas de perfuração que incluem marine package (posicionamento dinâmico de navegação), motores e trustes e projeto de engenharia básica e detalhada, drilling package, infraestrutura, mobilização de MOD e gerenciamento do contrato.

7. Impostos a Recuperar

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
PIS a recuperar (a)	9.933	3.065
COFINS a recuperar (a)	15.076	20.883
Imposto de renda	7.776	11.808
Contribuição social	451	464
INSS s/faturamento	–	4.296
IPI a recuperar	1.365	1.203
Outros	19	–
Subtotal	34.620	41.719
Não circulante		
PIS a compensar (ativo imobilizado) (a)	5.313	16.089
COFINS a compensar (ativo imobilizado) (a)	65.899	76.910
Reintegra (a), (b)	42.939	42.939
INSS s/faturamento	4.831	–
Outros	3.370	2.744
Subtotal	122.352	138.682
Total	156.972	180.401

(a) De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os créditos de PIS e COFINS a recuperar e a compensar sobre a aquisição de imobilizado (edificações), insumos e serviços aplicados na produção e Reintegra serão compensados com tributos federais a pagar, tais como imposto de renda e contribuição social, e demais tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento de salários (IRRF) e serviços terceirizados, como o IRRF e PIS/COFINS/CSLL. (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.23i, a Companhia atendeu aos requisitos para obter o ressarcimento do Reintegra relativo aos projetos relacionados à exportação, representados pela construção da plataforma P-55 e dos cascos dos navios 001 (João Cândido) e 002 (Zumbi dos Palmares), finalizados dentro do prazo de vigência do benefício.

8. Despesas Antecipadas

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Seguros e fianças	10.395	5.371
Serviços a apropriar	298	298
Total	10.693	5.669
Ativo circulante	7.980	3.842
Ativo não circulante	2.713	1.827

Seguros e fianças: Despesas compostas substancialmente por seguro garantia, modalidade executante construtor "*Performance Bond*" e fianças bancárias para garantia do valor dos adiantamentos recebidos da Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, para garantia das 18 embarcações (Suezmax e Aframax), seguro "*Builder's Risk*" para as embarcações Suezmax e seguro garantia "*All Risks*" relativo à execução da obra do estaleiro.

9. Encargos Financeiros BNDES

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Encargos financeiros BNDES	69.799	106.752
Rendimentos de aplicação financeira	(5.493)	(8.954)
Total	64.306	97.798
Ativo circulante	57.878	86.615
Ativo não circulante	6.428	11.183

Os encargos financeiros são representados por juros e variações cambiais incidentes sobre os contratos de financiamentos da construção dos navios, os quais, por força de cláusulas contratuais, serão assumidos pelo cliente Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, quando da entrega das embarcações encomendadas. Estão líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras vinculadas aos contratos de construção.

10. Investimento Temporário

Refere-se ao depósito efetuado no Banco Bradesco S.A. no montante de US$ 13.048, equivalentes a R$ 33.131 (2013: R$ 29.841) e R$ 15.788, referente a cláusula contratual de repactuação do período de amortização da dívida do financiamento contraído junto ao BNDES para construção das instalações da Companhia.

Remuneração média		Moeda de origem		
2014	2013	contratada	31/12/2014	31/12/2013
10% a.a.	8,75% a.a.	US$ 13.048	33.131	29.841
91% do CDI	–	R$ 15.645	15.788	–
			48.919	29.841

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

De acordo com a referida cláusula contratual, a repactuação do período de amortização da dívida junto ao BNDES, somente ocorreria mediante a efetivação do depósito em conta-corrente referente ao valor de, no mínimo, 6 meses do serviço da dívida do contrato, incluindo pagamento do principal e juros. A Companhia ainda possui quotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN no montante de R$ 4.613 (2013: R$ 3.051), totalizando R$ 53.532 de investimentos temporários (2013: R$ 32.892).

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de R$ 2.226.191 (2013: R$ 1.716.713), controladora e consolidado, para os quais não constituiu imposto diferido ativo.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(329.639)	(149.634)	(329.639)	(149.634)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	112.077	50.876	112.077	50.876
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	59.212	48.502	–	–
Créditos fiscais não constituídos	(153.955)	(99.216)	(153.955)	(99.216)
Outros	(17.334)	(162)	41.878	48.340
Total	–	–	–	–

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecido no resultado. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente a este incentivo é transferida para a respectiva conta de reserva de lucros (incentivo fiscal) no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado. **Regime tributário de transição (RTT):** Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente da MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e optou pela não antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973 para o exercício de 2014.

12. Investimentos em Empresas Controladas

Controladas	País	Atividade	Situação	Quotas detidas (em milhares)	Participação no capital votante 31/12/2014	Participação no capital votante 31/12/2013
Consunav Rio Consultoria e Engenharia Ltda.	Brasil	Construção naval	Sem atividade	582.000	100%	100%
EAS Inc.	Panamá	Compras internacionais	Operacional	3.000	100%	100%

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

		Informações das investidas					
	Participação	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Saldo do investimento	Equivalência patrimonial
31 de dezembro de 2014							
Consunav	100%	227	7	220	–	–	–
EAS Inc.	100%	2.076.014	1.699.205	376.809	174.155	376.809	174.155
Totais						376.809	174.155
31 de dezembro de 2013							
Consunav	100%	227	7	220	(716)	–	–
EAS Inc.	100%	1.196.021	1.175.043	20.978	142.653	177.755	142.653
Totais						177.755	142.653

A movimentação dos investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais é como segue:

	EAS Inc.
Saldos em 31 de dezembro de 2012	20.978
Equivalência patrimonial	142.653
Ajuste de conversão de investimento no exterior	14.124
Saldos em 31 de dezembro de 2013	177.755
Equivalência patrimonial	174.155
Ajuste de conversão de investimento no exterior	24.899
Saldos em 31 de dezembro de 2014	376.809

13. Imobilizado

		Controladora (BRGAAP) e consolidado (IFRS e BRGAAP)			
		31/12/2014			31/12/2013
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	–	61.763	–	61.763	61.763
Edificações	0,60% a 1,0%	1.602.474	(124.740)	1.477.734	1.436.902
Benfeitorias	4%	742	(327)	415	435
Máquinas e equipamentos	2,5%, 5% e 10%	495.281	(104.301)	390.980	393.362
Móveis e utensílios	10%	9.013	(3.567)	5.446	5.752
Ferramentas	20%	27.904	(19.319)	8.585	13.007
Instalações	10%	57.851	(19.033)	38.818	40.595
Veículos	20%	12.020	(6.400)	5.620	7.767
Equipamentos de informática	20%	14.143	(10.580)	3.563	3.342
Juros sobre financiamento	2%	126.591	(22.054)	104.537	109.588
Adiantamento a fornecedores	–	16.179	–	16.179	6.211
Obras em andamento	–	141.388	–	141.388	136.704
Total controladora		2.565.349	(310.321)	2.255.028	2.215.428
EAS Inc. (Móveis e utensílios)	10%	74	(24)	50	54
Total consolidado		2.565.423	(310.345)	2.255.078	2.215.482

No exercício de 2013, a Companhia efetuou análise da vida útil econômica estimada para máquinas e equipamentos, obra civil e dique seco, verificando que estes possuíam uma vida útil remanescente de 20, 80 e 100 anos, respectivamente. No exercício de 2014, a Companhia efetuou nova revisão da vida útil e concluiu que a taxa reavaliada não sofreu nenhuma alteração com relação à revisão efetuada no ano anterior. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências		Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências		Saldos em 31/12/2014
Custo										
Terrenos	19.055	42.708	–	–		61.763	–	–		61.763
Edificações	1.513.565	–	–	31.654		1.545.219	–	57.255		1.602.474
Benfeitorias	432	–	–	310		742	–	–		742
Máquinas e equipamentos	467.134	–	–	12.366		479.500	–	15.781		495.281
Móveis e utensílios	7.081	–	(307)	1.663		8.437	–	576		9.013
Ferramentas	23.491	–	–	3.045		26.536	–	1.368		27.904
Instalações	47.401	–	–	6.930		54.331	–	3.520		57.851
Veículos	12.277	–	(813)	507		11.971	–	49		12.020
Equipamentos de informática	11.445	–	(117)	1.089		12.417	–	1.726		14.143
Juros sobre financiamento	112.030	–	–	13.430		125.460	–	1.131		126.591
Adiantamento a fornecedores	13.292	599	(7.680)	–		6.211	9.968	–		16.179
Obras em andamento	107.723	109.922	(4.776)	(76.165)		136.704	82.469	(77.785)		141.388
Total	2.334.926	153.229	(13.693)	(5.171)	(*)	2.469.291	92.437	3.621	(**)	2.565.349
Depreciação										
Edificações	(91.796)	(16.521)	–	–		(108.317)	(16.423)	–		(124.740)
Benfeitorias	(294)	(13)	–	–		(307)	(20)	–		(327)
Máquinas e equipamentos	(69.118)	(17.020)	–	–		(86.138)	(18.163)	–		(104.301)
Móveis e utensílios	(1.949)	(736)	–	–		(2.685)	(882)	–		(3.567)
Ferramentas	(8.049)	(5.480)	–	–		(13.529)	(5.790)	–		(19.319)
Instalações	(8.704)	(5.032)	–	–		(13.736)	(5.297)	–		(19.033)
Veículos	(2.504)	(1.700)	–	–		(4.204)	(2.196)	–		(6.400)
Equipamentos de informática	(7.533)	(1.542)	–	–		(9.075)	(1.505)	–		(10.580)
Juros sobre financiamento	(10.145)	(5.727)	–	–		(15.872)	(6.182)	–		(22.054)
Total	(200.092)	(53.771)	–	–		(253.863)	(56.458)	–		(310.321)
Saldos líquidos - Controladora	2.134.834	99.458	(13.693)	(5.171)		2.215.428	35.979	3.621		2.255.028
Outros ativos imobilizados	–	65	–	–		65	9	–		74
Depreciação dos outros ativos	–	(11)	–	–		(11)	(13)	–		(24)
Saldos líquidos - Consolidado	2.134.834	99.512	(13.693)	(5.171)		2.215.482	35.975	3.621		2.255.078

(*) Transferido para bens destinados à venda.

(**) Transferido de bens destinado à venda.

Obras em andamento: As obras em andamento referem-se, principalmente, às obras de construção dos galpões, aquisição de máquinas e construção do cais norte. **Arrendamento mercantil:** A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil referentes à aquisição de veículos e informática. Em 31 de dezembro de 2014, o valor dos contratos dos bens arrendados totaliza R$ 395 (2013: R$ 1.521), com vencimentos entre 2014 e 2015, em parcelas mensais, sobre as quais incidem juros correspondentes à variação do CDI mais 0,15% a 1,14% ao mês. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 67 (2013, R$ 485). **Capitalização de juros:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi capitalizado o montante de R$ 5.112 (2013, R$ 13.888) referente aos juros e variação cambial dos financiamentos destinados à construção do Estaleiro. Esses encargos são relativos aos empréstimos obtidos junto ao BNDES e Banco do Brasil destinados a construção das instalações físicas da Companhia. A capitalização vem sendo interrompida quando os referidos ativos começam a operar. Os empréstimos para construção do estaleiro possuem um propósito específico, ou seja, todos os recursos são aplicados nas referidas obras civis e por consequência todos os encargos referentes ao mesmo correspondem ao efetivo custo de construção do ativo imobilizado. Em virtude dos contratos de financiamentos realizados, a totalidade dos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia dos referidos empréstimos.

14. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Controladora e consolidado 31/12/2014	31/12/2013
Software	20%	4.958	9.243
Outros	4%	17	18
Intangível em andamento	–	20.919	7.950
Total		25.894	17.211

	Controladora e consolidado				
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2014
Software (a)	30.120	–	–	75	30.195
Outros	24	–	–	–	24
Intangível em andamento (b)	7.950	13.044	–	(75)	20.919
Total	38.094	13.044	–	–	51.138
Amortização					
Software	(20.877)	(4.360)	–	–	(25.237)
Outros	(6)	(1)	–	–	(7)
	(20.883)	(4.361)	–	–	(25.244)
Total	17.211	8.683	–	–	25.894
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2013
Software (a)	29.100	–	–	1.020	30.120
Outros	24	–	–		24
Intangível em andamento (b)	940	8.292	(262)	(1.020)	7.950
Total	30.064	8.292	(262)	–	38.094
Amortização					
Software	(15.797)	(5.080)	–	–	(20.877)
Outros	(5)	(1)	–	–	(6)
	(15.802)	(5.081)	–	–	(20.883)
Total	14.262	3.211	(262)	–	17.211

(a) Os softwares são partes independentes de seus respectivos hardwares e referem-se, basicamente, ao sistema ERP (SAP) utilizado pela Companhia e outros softwares e aplicativos utilizados para suporte no desenvolvimento de projetos, desenhos e construção dos navios e plataformas; (b) O intangível em andamento reflete basicamente o investimento efetuado na atualização do software utilizado atualmente pela Companhia, visando torná-lo totalmente integrado entre as áreas de operação e administração da Companhia.

15. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

	Transações			Saldos patrimoniais						
				Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante
	Receita da construção naval e prestação de serviços	Custo de construção naval e prestação de serviços	Equivalência Patrimonial	Contas a receber	Investimento	Adiantamento a fornecedores (b)	Fornecedor	Adiantamentos de clientes (a)	Débitos com empresas ligadas	Adiantamentos de clientes
Controladas										
EAS International Corp	246.451	216.059	174.155	–	376.809	–	42.979	433.103	–	655.597
Outras partes relacionadas										
CCI Construções Offshore S.A.	–	–	–	18.632	–	–	–	–	–	–
Total Controladora em 31 de dezembro de 2014	246.451	216.059	174.155	18.632	376.809	–	42.979	433.103	–	655.597
Total Controladora em 31 de dezembro de 2013	305.897	182.320	142.653	177.168	177.755	–	34.161	283.050	–	655.597
CCI Construções Offshore S.A.	–	–	–	18.632	–	–	–	–	–	–
Total Consolidado em 31 de dezembro de 2014	–	–	–	18.632	–	–	–	–	–	–
Total Consolidado em 31 de dezembro de 2013	118.841	83.491	–	177.168	–	113.117	–	–	4.847	–

(a) Trata-se de adiantamento por conta da construção de 7 plataformas de perfuração. (b) Trata-se de adiantamento a fornecedores para a construção dos Mega Blocos para a construção das plataformas 5, 6 e 7 e Living Quarter. **Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia:** A remuneração total paga aos administradores totalizou R$ 8.012 (2013, R$ 6.129). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Serviços contratados	35.780	28.444	58.675	96.351
Matéria-prima	173.710	116.016	215.687	420.857
Outros	1.014	880	1.014	879
Total	210.504	145.340	275.376	518.087
Passivo circulante	167.651	131.728	232.523	504.475
Passivo não circulante	42.853	13.612	42.853	13.612

17. Empréstimos e Financiamentos

	Indexador (*)		Controladora e consolidado	
Aplicados no imobilizado:	2014	2013	31/12/2014	31/12/2013
BNDES - Obras do estaleiro	TJLP/US$ + juros (1 e 2)	TJLP/US$ + juros (1 e 2)	1.359.727	1.271.069
Banco Itaú S.A. - Arrendamento mercantil	CDI (4)	CDI (4)	67	485
Banco do Brasil	TJLP + (2,5% a 4,5% a.a.)	TJLP + (2,5% a 4,5% a.a.)	89.425	55.946
FINEP	4,0% a.a. (5)	4,0% a.a. (5)	37.157	30.008
FINAME	TJLP + 4,7% a.a.	TJLP + 4,7% a.a.	13.732	17.066

	Indexador (*)		Controladora e consolidado	
	2014	2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicados aos navios:				
BNDES - Financiamento de navios	TJLP/US$ + juros (1 e 3)	TJLP/US$ + juros (1 e 3)	483.936	521.258
Aplicados como capital de giro:				
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,99% a.a.	CDI+1,99% a.a.	–	127.801
Banco Itaú S.A.	CDI+1,72% e 1,78% a.a.	CDI+1,58% e 1,78% a.a.	179.238	147.898
Banco Santander S.A.	CDI+1,90% a.a.	CDI+1,90% a.a.	–	54.927
NCE - Nota de Crédito de Exportação	CDI+1,10% a.a. (6)	–	112.490	–
Total			2.275.772	2.226.458
Saldo de custos de transação a amortizar			(783)	–
Total			2.274.989	2.226.458
Passivo circulante			683.607	809.444
Passivo não circulante			1.591.382	1.417.014

(*) Refere-se à taxa efetiva dos juros incidentes sobre os empréstimos. 1) Os financiamentos referem-se à construção do estaleiro e de navios, estando sujeitos à atualização diária pelo índice de variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano e pela TJLP. Sobre o saldo principal destes financiamentos incidem juros contratuais de 2,5% a 5% ao ano, e possuem seu valor de mercado equivalentes ao seu valor contábil. Em 10 de dezembro de 2013, foi assinado um aditivo contratual alterando o indexador de correção de dólar para TJLP. 2) Os financiamentos destinados à construção do estaleiro estão garantidos por: (a) aval parcial dos acionistas da Companhia; (b) carta de fiança expedida para obtenção de repactuações do período de amortização do financiamento; (c) hipoteca do imóvel para implantação

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

do estaleiro; (d) gravames relativos a construções, instalações, máquinas e equipamentos e (e) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3) Os empréstimos destinados a financiar a construção dos navios possuem carência de pagamento durante o período de construção e serão assumidos pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro após a assinatura do Termo de Entrega e Aceitação das Embarcações e são garantidos pela alienação fiduciária das embarcações, penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e seguro de performance. 4) Os arrendamentos mercantis estão garantidos pelos bens os quais deram origem conforme descrito na nota explicativa nº 13. 5) O objetivo do financiamento é o desenvolvimento tecnológico, absorção de tecnologia e inovação de produtos e processos ligados aos segmentos naval e offshore. A taxa de juros é fixada em 4% a.a. e possui prazo de carência de 20 meses e amortização em 81 parcelas. 6) Nota de Crédito de Exportação emitida pela Companhia em favor do Banco Mizuho para financiamento de exportação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção dos navios sonda "Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon, Leme, Marambaia, Joatinga" a serem performados até setembro de 2019 ou até o prazo final da nota que está previsto para 20 de outubro de 2019, e faturados à EAS Internacional Inc. As parcelas vencíveis em longo prazo estão conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
2015	–	124.452
2016	219.285	113.845
2017	150.464	112.173
2018	150.059	111.768
2019 em diante	1.071.574	954.776
Total	1.591.382	1.417.014

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.053.713
Captações	333.963
Variações monetárias, cambiais e juros	233.757
Amortização de juros	(76.148)
Pagamento de principal	(318.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.226.458
Captações	533.964
Variações monetárias, cambiais e juros	199.756
Amortização de juros	(185.940)
Pagamento de principal	(499.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.274.989

"Covenants" contratuais: Conforme contratos de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2. O serviço da dívida (SD) é o montante da dívida de longo prazo efetivamente pago a título de amortização de principal e juros excluídos os valores de principal e juros decorrentes de financiamentos contraídos pela beneficiária para a construção dos navios, plataformas, etc. O ICSD é encontrado a partir do EBITDA dividido pelo SD. Conforme contrato o índice ICSD ficando abaixo de 1,2 haverá a redução do juros de 5% para 4,1% a.a. No exercício findo em 2014 a taxa de juros foi de 5% em função da Companhia não ter atingido o índice. No caso do Banco do Brasil, além do *covenant* acima, a Companhia deve manter o índice de alavancagem da estrutura patrimonial não superior a 3,75 x (dívida/patrimônio líquido) durante a vigência do contrato. A dívida líquida corresponde ao somatório de todas as dívidas financeiras, inclusive mútuos e obrigações, excetuando os valores de principal e juros decorrentes de financiamentos contraídos pela financiada para a construção dos navios, plataformas, etc. na qual exista o pagamento ou assunção pelo armador da dívida oriunda dos financiamentos contraídos pela Companhia após o término da construção. No contrato de financiamento vigente já consta o *Equity Suport Agreement* - ESA.

18. Debêntures

	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2014
Santander	CDI + 2,00% a.a.	Julho de 2019	116.357
Bradesco BBI	CDI + 2,00% a.a.	Julho de 2019	116.357
Total das debêntures			232.714
Saldo de custos de transação a amortizar			(1.609)
Total			231.105
Passivo circulante			11.105
Passivo não circulante			220.000

Em junho de 2014, a Companhia efetuou oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos para emissão de 22.000 debêntures, de R$220.000, em série única, simples, nominativas e escriturais, e não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. As debêntures têm prazo de vencimento final em 14 de julho de 2019, e serão remuneradas por 100% dos Depósitos Interfinanceiros - DIs, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, capitalizada de uma sobretaxa de 2,00% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos. O valor nominal unitário acrescido de juros em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 232.714. Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas do não circulante têm vencimentos nos seguintes exercícios:

	31/12/2014
2016	31.429
2017	62.857
2018	62.857
2019 em diante	62.857
Total	220.000

As mutações das debêntures estão assim apresentadas:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	–
Captações	220.000
Provisão de juros	12.714
Comissões sobre as debêntures	(1.788)
Amortização da comissão	179
Saldo em 31 de dezembro de 2014	231.105

19. Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
INSS e FGTS a recolher	6.030	5.786
Provisão para férias e encargos	23.396	30.420
Outros	3.095	5.733
Total	32.521	41.939

20. Impostos a Recolher

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
ISS	1.538	3.566
IRRF, retenções Pis, Cofins e CSLL	112	2.881
Outros (impostos retidos)	43	937
Total	1.693	7.384

21. Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos de clientes da controladora são valores disponibilizados pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, que correspondem a 5% do total dos contratos de compra e venda para construção das embarcações Suezmax e Aframax. Representam a diferença entre o total reconhecido de receita e o montante recebido de adiantamentos dos clientes em cada um dos projetos, cujos saldos encontram-se demonstrados na nota explicativa nº 5. Conforme comentado na nota explicativa nº 8, esses adiantamentos são garantidos por fianças contratadas junto a Instituições Financeiras.

22. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Ambientais

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Classificação dos processos, valores em 31/12/2014 (controladora e consolidado)				
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	1.850	70.384	104	72.338
Trabalhistas	682	20.005	5.246	25.933
Tributárias	608	16.853	48	17.509
Ambientais	3	–	–	3
Total	3.143	107.242	5.398	115.783

Classificação dos processos, valores em 31/12/2013 (controladora e consolidado)				
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	357	39.465	734	40.556
Trabalhistas	1.265	20.300	7.049	28.614
Tributárias	813	15.592	3.536	19.941
Ambientais	3	–	–	3
Total	2.438	75.357	11.319	89.114

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportado por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Cíveis	104	734
Trabalhistas	5.246	7.049
Tributárias	48	3.536
Total	5.398	11.319

Cíveis: A Companhia possui ação ordinária de cobrança com indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes movida por ex-prestador de serviço no montante de R$ 39.574, sob a suposta alegação de não cumprimento contratual, e ação ordinária por quebra contratual e cobrança de débitos no montante de R$ 11.170. Adicionalmente, possui outros processos de reparação de danos e indenizações no montante de R$ 19.640 (2013: R$ 10.996). Baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que a probabilidade de êxito nos processos é possível, a Administração da Companhia não constituiu provisões para perdas. **Trabalhistas:** A Companhia possui diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras) com perdas estimadas como possíveis e prováveis totalizando R$ 25.251 (2013: R$ 27.349). Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia constituiu provisão para fazer face à perdas prováveis no montante de R$ 5.246.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 459.681 (2013: R$ 360.681), dividido em 2.067.487.848 ações (2013: 1.840.064.185 ações) ordinárias nominativas sem valor nominal, assim distribuído:

	31/12/2014		31/12/2013	
Acionista	Ações	%	Ações	%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	4.840.190	0,23%	4.840.189	0,26%
Construtora Queiroz Galvão S.A.	5.053.949	0,24%	5.053.948	0,27%
Camargo Corrêa Naval Participações Ltda.	684.322.426	33,10%	684.322.425	37,19%
Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A.	–	–	684.108.665	37,18%
Queiroz Galvão Naval S.A.	684.108.666	33,09%	–	–
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	1	0,00%	–	–
Japan EAS Investimentos e Participações Ltda.	689.162.616	33,33%	461.738.953	25,09%
Outros (Conselheiros)	–	–	5	0,00%
Total	2.067.487.848	100,00%	1.840.064.185	100,00%

Em 2013, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes aumentos de capital:

Data da AGE	Qtde. de ações	Valor	
19/07/2013	1	236	(1)
05/08/2013	461.738.953	201.000	(2)
Total	461.738.954	201.236	

(1) Aumento de capital mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pelas acionistas Camargo Corrêa Naval Participações Ltda. e Queiroz Participações - Concessões S.A. no montante total de R$ 236, mediante a emissão de 1 ação ordinária e sem valor nominal. (2) Aumento de capital mediante a emissão de 461.738.953 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão unitário de R$ 0,4353, totalmente integralizado pelo sócio Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. Em 28 de junho de 2013, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a redução do capital social da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados, registrados nas demonstrações financeiras da Companhia com data-base em 31 de dezembro de 2012, no valor total de R$1.492.214. Em janeiro de 2014, a Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A. transferiu 684.108.666 ações para a Queiroz Galvão Naval S.A e a Construtora Queiroz Galvão S.A. transferiu 1 ação para a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. Em 5 de fevereiro de 2014, foi subscrito e integralizado pelo acionista Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. aumento de capital no montante de R$ 99.000 mediante a emissão de 227.423.663 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão unitário de R$ 0,4353, passando a partir desse momento a sua participação para 33,33%. **b) Direito e características das ações:** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual somente reconhecerá um único proprietário para cada ação. Os titulares das ações receberão, relativamente aos resultados do exercício social em que tiverem integralizado as ações emitidas em aumento de capital, dividendos proporcionais ao tempo da data da integralização e o término do exercício social, em relação ao qual foi deliberada a distribuição de dividendos. **c) Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **d) Reserva estatutária:** Constituída mediante a apropriação de 20% do lucro líquido, após as destinações previstas em Lei, conforme disposto no estatuto social da Companhia. Conforme estatuto social, os valores retidos na conta de reserva estatutária não poderão ser distribuídos aos acionistas da Companhia como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra forma, sem prévia anuência do BNDES, podendo no entanto, ser utilizados na integralização ou aumento de capital na Companhia, por deliberação dos acionistas. **e) Reserva de lucros (incentivo fiscal):** A reserva de lucros relativa ao incentivo fiscal refere-se à parcela de incentivo por redução do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Ver nota explicativa nº 11. **f) Retenção de lucros:** Em 2014 e 2013, a Administração da Companhia não propôs retenção de parcelas de lucros conforme previsto no artigo 196 da Lei no 6.404/76, em função de ter auferido prejuízo. **g) Dividendos:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita de Construção Naval

A receita de construção naval está apresentada na nota explicativa nº 5, e não contém deduções tendo em vista que a Companhia possui incentivos fiscais sobre o faturamento, não havendo incidência de impostos sobre tal receita, e inclui a recuperação de algumas perdas incorridas em anos anteriores.

25. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Natureza:				
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(485.196)	(243.154)	(1.477.998)	(986.269)
Salários e encargos	(320.236)	(234.759)	(320.629)	(234.759)
Serviços e consultorias	(43.675)	(80.004)	(44.512)	(80.004)
Depreciação e amortização	(60.819)	(58.852)	(60.832)	(58.863)
Perdas com devedores diversos	(36.888)	–	(36.888)	–
Perdas com ativos	(3.101)	–	(3.101)	–
Manutenção	(11.722)	(26.676)	(11.815)	(26.676)
Seguros e fianças	(13.048)	(10.468)	(13.165)	(10.468)
Aluguéis	(5.158)	(12.953)	(5.321)	(12.953)
Energia e água	(6.516)	(12.315)	(6.516)	(12.315)
Provisão para contratos onerosos	(91.500)	(158.559)	(91.500)	(158.559)
Outros	3.624	(24.992)	3.379	(28.095)
Total	(1.074.235)	(862.732)	(2.068.898)	(1.608.961)
Classificados como:				
Custo da construção naval	(857.801)	(644.878)	(1.849.427)	(1.387.993)
Custo de prestação de serviços	–	(30.035)	–	(30.035)
Receitas (despesas) operacionais	(216.434)	(187.819)	(219.471)	(190.933)
Total	(1.074.235)	(862.732)	(2.068.898)	(1.608.961)

26. Resultado Financeiro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Rendimento com aplicações financeiras	8.142	42.620	14.200	48.299
Outras	3.018	1.743	3.018	1.743
Subtotal	11.160	44.363	17.218	50.042
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(164.922)	(114.352)	(164.922)	(114.352)
Outras	(11.071)	(8.927)	(13.277)	(8.927)
Subtotal	(175.993)	(123.279)	(178.199)	(123.279)
Variação cambial - líquida				
Variação cambial ativa	78.042	92.778	95.766	92.778
Variação cambial passiva	(79.746)	(147.886)	(97.417)	(158.536)
Subtotal	(1.704)	(55.108)	(1.651)	(65.758)
Total	(166.537)	(134.024)	(162.632)	(138.995)

27. Instrumentos Financeiros

Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê Financeiro da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada pelo Comitê Financeiro e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, debêntures e contas a pagar a fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados em que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e derivativos e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes e com base nas operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, empréstimos e de debêntures. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos e debêntures são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI, e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado. A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco. **Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando o saldo aplicado em 31/12/2014 a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2015, conforme relatório FOCUS (mediana agregado - dezembro/2014):

		Em 31/12/2014		Cenário provável	
Ativos indexados ao CDI	Risco	Taxa a.a.	Saldos	Taxa a.a. (*)	Ganho/ (perda)
Aplicações financeiras, líquidas de contas garantidas	Baixa do CDI	11,57%	212.419	11,11%	(983)
Passivos indexados ao CDI e TJLP					
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	11,57%	(522.050)	12,25%	(3.550)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	5,00%	(1.359.727)	5,50%	(6.799)
					(11.332)

(*) Cenário previsto foi considerando a taxa de CDI = 12,25% a.a., conforme relatório FOCUS (mediana 26 de dezembro de 2014). Para as aplicações financeiras foi considerada média de aplicação a 96% do CDI. **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (neste caso devido a alguns custos serem denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional). **Análise de sensibilidade à taxa de câmbio:** Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia assinou o Aditivo Contratual com o BNDES alterando o indexador de correção dos contratos de USD para TJLP, não sendo mais aplicável a realização da análise de sensibilidade à taxa de câmbio. **Contas a receber:** O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia. A Companhia não tem histórico de perdas devido, principalmente, só possuir dois clientes de grande porte do setor público. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a

continua